

## Fórum de Monitoria do Orçamento volta a pedir ao Conselho Constitucional a anulação das dívidas ilegais

Maputo (Canalmoz) – Quase dois anos depois, após a primeira petição sem resposta, o Fórum de Monitoria do Orçamento remeteu, na terça-feira, ao Conselho Constitucional, o segundo pedido de anulação das dívidas ilegais.

O segundo pedido do Fórum de Monitoria do Orçamento, denominado “Petição anulem as dívidas ilegais”, deu entrada 581 dias depois da ausência resposta do Conselho Constitucional.

Há quase dois anos, cerca de dois mil cidadãos moçambicanos submeteram uma petição ao Conselho Constitucional solicitando a fiscalização sucessiva da constitu-

cionalidade ou legalidade do Artigo 1 da Resolução da Assembleia da República n.º 11/2016, de 22 de Agosto de 2016, que aprova a Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2014, através da qual o Governo procura legalizar a dívida da EMATUM.

Com o silêncio do Conselho Constitucional, o Fórum de Monitoria do Orçamento submeteu, na terça-feira, a segunda petição e convocou a imprensa para apresentação da sua posição sobre as “dívidas ilegais” e da Análise do Fórum de Monitoria do Orçamento à Conta Geral do Estado 2017.

“Estas dívidas foram contraídas

sem autorização da Assembleia da República, estas dívidas foram acima do limite daquilo que são os avales concedidos aos credores. Por isso, pedimos a sua inconstitucionalidade. A Assembleia da República incluiu estas dívidas na Conta Geral do Estado. Há dados mais do que suficientes para considerarmos estas dívidas inconstitucionais”, disse Denise Namburete, membro do Fórum de Monitoria do Orçamento.

Edson Cortez, que também é membro do Fórum de Monitoria do Orçamento, disse que a petição visa a revogação das dívidas ilegais. “Há elementos mais do que

suficientes levantados pela Justiça norte-americana que as dívidas são ilegais, e os indivíduos envolvidos são perigosos. Aproveito, desde já, para dizer que nem todos os quatro milhões de membros da Frelimo comeram este dinheiro. Só uma parte e alguns estrangeiros comeram o dinheiro das dívidas ilegais. Então, queremos apelar a todos que se juntem a nós e digam ‘Eu não pago as dívidas ilegais’”.

Edson Cortez disse também que não é honesto alguém afirmar que só agora a “sociedade civil” se manifesta contra as dívidas ilegais, uma vez que sempre mostrou indignação e luta contra as mesmas.

Adriano Nuvunga, também membro do Fórum de Monitoria do Orçamento, afirmou que combater a legalização das dívidas ilegais “é a maior luta dos nossos tempos”.

“Esse fardo consome tudo o que vai ser nos próximos quinze anos. Se juntarmos todas as dívidas feitas por um grupo de pessoas, estamos a dizer que as próximas gerações ficarão sem um professor ou um médico num hospital”, disse Adriano Nuvunga.

Fazendo uma análise à Conta Geral do Estado de 2017 e do respectivo relatório e parecer do Tribunal Administrativo, o Fórum de Monitoria do Orçamento concluiu que o Governo moçambicano deve proceder à anulação das dívidas da EMATUM, MAM e “ProIndicus” das contas nacionais.

Em 2017, o Governo não efectuou nenhum pagamento das chamadas dívidas ocultas, tendo havido apenas o registo de variações cambiais na conta do “Credit Suisse”, na ordem dos 9.263.181 mil meticais, o que fez baixar o saldo inicial de 51.721.244 mil meticais para 42.458.063 mil meticais.

O Governo reportou que estão em curso negociações de reestruturação das dívidas junto dos credores. “Ora, com os últimos desenvolvimentos deste caso, a nível internacional, nomeadamente a acusação pelo Tribunal Distrital

de Nova Iorque ao ex-ministro das Finanças de Moçambique e actual deputado da Frelimo, Manuel Chang, ao executivo da ‘Privinvest’ Jean Boustani e aos ex-executivos do banco ‘Credit Suisse’ Andrew Pearse, Surjan Singh e Detelina Subeva, o Fórum de Monitoria do Orçamento entende ser agora mais urgente do que nunca a anulação das garantias e avals concedidos àqueles credores.”

O Fórum de Monitoria do Orçamento diz que está preocupado com a disparidade de dados relativos às receitas provenientes da indústria extractiva, uma situação que vem sendo documentada em vários estudos e avaliações sobre o sector desde 2011, altura em que foi produzido o primeiro relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. “Neste contexto, o Fórum de Monitoria do Orçamento insta o Governo a apresentar aos moçambicanos uma medida que vise eliminar a disparidade de informação relacionada com as receitas cobradas na indústria extractiva.”

O Fórum de Monitoria do Orçamento exige também uma auditoria ao processo de concessão de empréstimos no âmbito dos chamados Fundos de Desenvolvimento Distrital, ou “7 milhões”, uma vez que o Tribunal Administrativo notou que cerca de 90% dos fundos nunca foram reembolsados, e não há registo de ter havido cobrança coerciva ou alguma sanção aos devedores.

O Fórum de Monitoria do Orçamento considera que prevalece a falta de registo de imóveis em nome do Estado e há edifícios e veículos não segurados. Não existe, na maior parte dos Postos Provinciais da APIE, uma base de dados que permita efectuar melhor controlo e gestão dos imóveis do Estado. Por isso, “o Governo deve regularizar todos os títulos de propriedade dos bens imóveis e móveis, por forma a garantir que estes estejam em nome do Estado,

cumprindo-se, deste modo, o preceituado no número 1 do Artigo 11 do Regulamento do Património do Estado, ora citado, e que os bens sejam segurados, nos termos da alínea e) do Artigo 7, conjugado com o número 5 do Artigo 20, ambos deste diploma legal”.

O Fórum de Monitoria do Orçamento é um grupo de organizações não-governamentais interessadas na gestão das finanças públicas.

São objectivos do Fórum de Monitoria do Orçamento: garantir maior transparência dos processos de planificação e orçamentação através da disponibilidade e do acesso à informação; melhorar o sistema de prestação de contas do Governo em relação à gestão das finanças públicas através da promoção de metodologias simplificadas que garantam maior envolvimento dos cidadãos; criar um equilíbrio e sinergias na articulação entre organizações parceiras para a influência do orçamento social em benefício dos grupos mais desfavorecidos.

Fazem parte do Fórum de Monitoria do Orçamento as seguintes organizações não-governamentais: Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, Comunicação para a Saúde “N’weti”, Fórum das Organizações para os Direitos das Crianças, Helvetas Swiss Intercooperation, Centro de Integridade Pública, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Action AID Moçambique, Grupo Moçambicano da Dívida, Movimento Educação para Todos, Fórum das Rádios Comunitárias, Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social, Water Integrity Network, Liga das Organizações Não-Governamentais, Mulher Lei e Desenvolvimento, Observatório do Meio Rural, IESE, Namati-Moçambique, Observatório do Cidadão para a Saúde; Wateraid; WWF, Associação Desenvolvimento e Sociedade. **(Reginaldo Mangue)**